

STJ00097407

**Gilmar Ferreira Mendes**

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Professor de Direito Constitucional nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e do Instituto Brasiliense de Direito Público — IDP.

# Jurisdição Constitucional

---

O CONTROLE ABSTRATO DE NORMAS  
NO BRASIL E NA ALEMANHA

6ª edição  
2014

 **Editora  
Saraiva**

**Série  
idp**  **INSTITUTO  
BRASILIENSE  
DE DIREITO  
PÚBLICO**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP  
 CEP 05413-909  
 PABX: (11) 3613 3000  
 SACJUR: 0800 055 7688  
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30  
 saraivajur@editorasaraiva.com.br  
 Acesso: www.editorasaraiva.com.br/direito

#### FILIAIS

##### AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro  
 Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

##### BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 73 — Brotas  
 Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895  
 Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

##### BAURUI (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro  
 Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Baurui

##### CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga  
 Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384  
 Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

##### DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento  
 Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951  
 Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

##### GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto  
 Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806  
 Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

##### MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro  
 Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

##### MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha  
 Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

##### PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos  
 Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038  
 Fax: (91) 3241-0499 — Belém

##### PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho  
 Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

##### PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista  
 Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

##### RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro  
 Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

##### RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel  
 Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565  
 Rio de Janeiro

##### RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos  
 Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567  
 Porto Alegre

##### SÃO PAULO

Av. Antônia, 92 — Barra Funda  
 Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mendes, Gilmar Ferreira

Jurisdição constitucional : o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha / Gilmar Ferreira Mendes. — 6. ed. — São Paulo : Saraiva, 2014.

#### Bibliografia.

1. Alemanha - Direito constitucional 2. Direito constitucional - Brasil 3. Controle judiciário - Alemanha 4. Controle judiciário - Brasil 5. Jurisdição (Direito constitucional) 6. Leis - Constitucionalidade I. Título.

13-07391

CDU-340.131.5

Índice para catálogo sistemático:

1. Controle abstrato de normas : Direito  
 340.131.5

*Diretor editorial* Luiz Roberto Cunha

*Gerente editorial* Thais de Camargo Rodrigues

*Assistente editorial* Silene Miranda de Sales

*Produtora editorial* Clarissa Boraschi Maria

*Preparação de originais* Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

*Arte e diagramação* Lídia Pereira de Moraes

*Revisão de provas* Amélia Kassis Ward

Paula Brito Araújo

Simone L. C. Silberschmidt

*Serviços editoriais* Camilla Artioli Loureiro

Marília Cordeiro

*Capa* Mayara Enochata

*Produção gráfica* Madi Rampim

*Impressão* Assahi Gráfica

*Acabamento* Assahi Gráfica

987841

Data de fechamento da edição: 1º-9-2013

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

106.071.006.001

962429

# ÍNDICE

<i>Explicação necessária</i> .....	7
<i>Agradecimentos</i> .....	11
<i>Nota do Autor sobre a 6ª edição</i> .....	13
<i>Nota do Autor sobre a 5ª edição</i> .....	15
<i>Nota do Autor sobre a 4ª edição</i> .....	17

## TÍTULO I

INTRODUÇÃO .....	29
------------------	----

## TÍTULO II

O <i>BUNDESVERFASSUNGSGERICHT</i> E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	31
--	----

### CAPÍTULO I

INSTITUIÇÃO E HISTÓRIA DAS DUAS CORTES JUDICIAIS .....	31
--	----

<b>I — <i>Bundesverfassungsgericht</i></b> .....	31
--	----

1. Instituição .....	31
----------------------	----

2. História .....	35
-------------------	----

3. Competência .....	43
----------------------	----

4. Processo .....	46
-------------------	----

<b>II — Supremo Tribunal Federal</b> .....	49
--	----

1. Considerações preliminares .....	49
-------------------------------------	----

2. Instituição .....	50
----------------------	----

3. História .....	54
-------------------	----

4. Competência .....	70
----------------------	----

5. Processos .....	74
--------------------	----

### CAPÍTULO II

O CONTROLE ABSTRATO DE NORMAS PERANTE O <i>BUNDESVERFASSUNGSGERICHT</i> E PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ESTUDO COMPARADO .....	78
--	----

<b>I — Introdução</b> .....	78
-----------------------------	----

<b>II — O controle abstrato de normas perante o <i>Bundesverfassungsgericht</i></b> ..	78
--	----

1. História .....	78
1.1. Considerações preliminares.....	78
1.2. O controle abstrato de normas na Constituição de Weimar .....	79
1.3. O controle abstrato de normas e a discussão sobre o monopólio do controle de constitucionalidade das leis federais no Tribunal de Justiça do Estado ( <i>Staatsgerichtshof</i> ) .....	81
2. O controle abstrato de normas na Lei Fundamental.....	83
2.1. Considerações preliminares.....	83
2.2. O controle abstrato de normas na prática do <i>Bundesverfassungsgericht</i> .....	86
<b>III — O controle abstrato perante o Supremo Tribunal Federal .....</b>	<b>89</b>
1. Escorço histórico.....	89
2. Desenvolvimento do controle abstrato de normas até a entrada em vigor da Constituição de 1988.....	93
2.1. Introdução .....	93
2.2. O controle abstrato na prática do Supremo Tribunal Federal .....	94
a) Considerações preliminares.....	94
b) Sobre o papel do Procurador-Geral da República .....	95
c) Significado do controle abstrato de normas sob o império da Constituição de 1946 (EC n. 16, de 1965) e da Constituição de 1967/69.....	105
d) Kelsen e o controle de constitucionalidade no direito brasileiro .....	108
3. O controle abstrato de normas na Constituição de 1988.....	112
4. A criação da ação declaratória de constitucionalidade.....	116
4.1. As Leis n. 9.868, de 10 de novembro de 1999, e n. 9.882, de 3 de dezembro de 1999 .....	119

## TÍTULO III

OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO CONTROLE ABSTRATO DE NORMAS PERANTE O <i>BUNDESVERFASSUNGSGERICHT</i> E PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....	121
--	-----

## CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO.....	121
-----------------	-----

## CAPÍTULO II

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO CONTROLE ABSTRATO DE NORMAS PERANTE O <i>BUNDESVERFASSUNGSGERICHT</i> .....	123
--	-----

<b>I — Considerações preliminares .....</b>	<b>123</b>
---	------------

<b>II — Ação, direito de propositura (legitimação para agir <i>in abstracto</i>) e legitimação para agir <i>in concreto</i> .....</b>	<b>123</b>
1. Princípio do pedido e ação.....	123
1.1. Considerações preliminares.....	123
1.2. O princípio do pedido e a desistência da ação .....	124
1.3. Forma do pedido .....	125
2. Do direito de propositura ou da legitimação para agir <i>in abstracto</i> ...	126
2.1. Considerações preliminares.....	126
2.2. Acesso limitado.....	128
2.3. Direito de propositura, interesse jurídico do autor, necessidade de controle.....	130
2.4. A propositura da ação e sua problemática.....	132
3. Legitimação para agir <i>in concreto</i> : a condição relativa à existência de <i>dúvida</i> ou de <i>controvérsia</i> sobre a constitucionalidade da lei .....	132
3.1. Considerações preliminares.....	132
3.2. Explicitação conceitual: <i>dúvida</i> e <i>controvérsia</i> .....	135
a) <i>Dúvida (Zweifel)</i> .....	135
b) <i>Controvérsia (Meinungsverschiedenheit)</i> .....	136
3.3. Finalidade dos pressupostos relativos à configuração de <i>dúvida</i> ou de <i>controvérsia</i> .....	136
3.4. Sobre a constitucionalidade do § 76 da Lei Orgânica da Corte Constitucional .....	137
a) Considerações preliminares.....	137
b) Sobre a constitucionalidade do § 76, n. 1, da Lei Orgânica da Corte Constitucional.....	138
c) Sobre a constitucionalidade do § 76, n. 2, da Lei do <i>Bundesverfassungsgericht</i> .....	141
<b>III — Objeto do controle abstrato de normas .....</b>	<b>143</b>
1. Direito federal e direito estadual.....	143
1.1. Considerações preliminares.....	143
1.2. Direito federal.....	144
1.3. Direito estadual ( <i>Landesrecht</i> ) .....	146
1.4. Direito pré e pós-constitucional .....	148
1.5. A existência de norma e o controle preventivo .....	148
a) A problemática das leis de aprovação dos tratados.....	149
b) Direito revogado .....	150
2. Direito alienígena e normas supranacionais .....	151
2.1. Considerações preliminares.....	151
2.2. Direito alienígena.....	151
2.3. Direito da Comunidade Europeia .....	151

<b>IV — Parâmetro do controle abstrato de normas</b> .....	154
1. Considerações preliminares .....	154
2. Lei Fundamental.....	155
3. Direito suprapositivo como parâmetro de controle .....	156
4. Hierarquia de normas constitucionais.....	162
5. O direito federal como parâmetro de controle .....	165

### CAPÍTULO III

<b>OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO CONTROLE ABSTRATO DE NORMAS PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL</b> .....	166
<b>I — Introdução</b> .....	166
<b>II — Ação, autores, legitimação para agir na ação direta de inconstitucionalidade</b> .....	169
1. O princípio do pedido e a ação direta de inconstitucionalidade .....	169
1.1. O princípio do pedido e a desistência .....	169
1.2. Forma do pedido .....	170
1.3. Aditamento ou emenda da inicial .....	173
2. Do direito de propositura ou da legitimação para agir <i>in abstracto</i> ....	175
2.1. Considerações preliminares.....	175
2.2. Direito de propositura, interesse jurídico e legitimação para agir <i>in concreto</i> ( <i>Antragsbefugnis</i> ) .....	176
2.3. A propositura da ação e sua problemática.....	179
a) Considerações preliminares .....	179
b) O direito de veto do Presidente da República e do Governador do Estado e o exercício do direito de propositura .....	181
c) Direito de propositura do Governador do Estado e relação de pertinência.....	183
d) O direito de propositura das confederações sindicais e das entidades de classe de âmbito nacional .....	184
d.1) Considerações preliminares.....	184
d.2) Avaliação crítica .....	188
e) Direito de propositura dos partidos políticos .....	201
f) Direito de propositura do Governador do Distrito Federal e da Câmara Legislativa do Distrito Federal .....	202
3. Legitimação para agir <i>in concreto</i> .....	204
<b>III — Ação, autores, legitimação para agir na ação declaratória de constitucionalidade</b> .....	211
1. Do direito de propositura na ação declaratória de constitucionalidade .....	211
2. Demonstração da existência de controvérsia judicial na ação declaratória de constitucionalidade: legitimação para agir <i>in concreto</i> .....	212

<b>IV — Objeto do controle abstrato: ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade .....</b>	<b>216</b>
1. Considerações preliminares .....	216
2. Direito federal .....	217
3. Direito estadual.....	220
4. Direito do Distrito Federal .....	220
5. Controle de constitucionalidade e ato de efeito concreto.....	221
6. Direito pré-constitucional.....	225
7. A existência da norma e o controle preventivo.....	235
7.1. A problemática dos tratados.....	235
7.2. Direito revogado.....	238
7.3. O controle de constitucionalidade das medidas provisórias.....	242
a) Considerações preliminares.....	242
b) Cautelar e medida provisória.....	245
c) Aditamento da inicial .....	247
d) ADIn contra medida provisória convertida em lei e vício formal	249
8. A aferição de constitucionalidade dos regulamentos no controle abstrato de normas .....	254
9. Objeto da ação declaratória de constitucionalidade .....	261
9.1. Lei pré-constitucional.....	261
9.2. Medida provisória.....	261
9.3. Atos regulamentares .....	261
<b>V — Parâmetro de controle .....</b>	<b>262</b>
1. Considerações preliminares .....	262
2. Constituição.....	262
3. Tratados Internacionais de Direitos Humanos aprovados com força de emenda constitucional .....	269
4. Direito federal.....	269
<b>VI — Do procedimento na ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade .....</b>	<b>272</b>
1. Considerações preliminares .....	272
2. Requisitos da petição inicial, admissibilidade das ações e <i>causa petendi</i> aberta .....	272
2.1. Modificação da petição inicial.....	274
3. Intervenção de terceiros e <i>amicus curiae</i> .....	275
4. Informações das autoridades das quais emanou o ato normativo e manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República .....	278

5. Apuração de questões fáticas no controle de constitucionalidade.....	279
5.1. Considerações preliminares .....	279
5.2. Controle das prognoses legislativas.....	280
5.3. Análise dos fatos legislativos pelo Supremo Tribunal Federal .....	282
6. Medida cautelar em ADIn e ADC.....	285

## TÍTULO IV

AS DECISÕES NO PROCESSO DE CONTROLE ABSTRATO DE NORMAS PERANTE O <i>BUNDESVERFASSUNGSGERICHT</i> E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	289
--	-----

## CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO.....	289
-----------------	-----

## CAPÍTULO II

AS DECISÕES NO CONTROLE ABSTRATO DE NORMAS PERANTE A CORTE CONSTITUCIONAL ALEMÃ.....	290
---	-----

<b>I — Considerações preliminares .....</b>	290
---	-----

<b>II — Declaração de nulidade da lei inconstitucional .....</b>	292
--	-----

1. Considerações preliminares .....	292
-------------------------------------	-----

2. A declaração de nulidade das leis .....	295
--	-----

2.1. A declaração de nulidade como unidade técnica.....	296
---	-----

2.2. Declaração de nulidade total.....	296
--	-----

2.3. A extensão da declaração de nulidade (§ 78, 2º período, da Lei Orgânica do Tribunal).....	297
---	-----

2.4. A declaração parcial de nulidade “quantitativa”.....	298
---	-----

2.5. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto .....	299
--	-----

3. Limites da declaração de nulidade .....	303
--	-----

<b>III — A declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia da nulidade .....</b>	305
--	-----

1. Introdução .....	305
---------------------	-----

2. Distinção entre a declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia da nulidade e outras decisões semelhantes do <i>Bundesverfassungsgericht</i> .....	307
--	-----

2.1. A declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia da nulidade e o “apelo ao legislador” .....	307
---	-----

2.2. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia da nulidade e a sentença declaratória proferida no processo de conflito entre órgãos.....	308
--	-----

2.3. A declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia da nulidade e o controle judicial do direito alienígena .....	309
3. Análise da jurisprudência do <i>Bundesverfassungsgericht</i> sobre a declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia da nulidade .....	309
3.1. A exclusão de benefício incompatível com o princípio da isonomia e outras ofensas ao princípio da igualdade.....	310
3.2. A omissão legislativa .....	313
3.3. A liberdade de conformação do legislador.....	314
3.4. O argumento sobre as consequências jurídicas da declaração de nulidade .....	315
4. Consequências jurídicas da declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia da nulidade.....	317
4.1. Considerações preliminares.....	317
4.2. Dever de legislar .....	318
4.3. A suspensão de aplicação da norma inconstitucional ( <i>Anwendungssperre</i> ).....	320
4.4. Aplicação da lei inconstitucional .....	325
<b>IV — Interpretação conforme à Constituição .....</b>	<b>327</b>
1. Introdução .....	327
2. A admissibilidade da interpretação conforme à Constituição.....	328
3. Limites da interpretação conforme à Constituição .....	329
4. Natureza da interpretação conforme à Constituição.....	333
<b>V — O “apelo ao legislador” — <i>Appellentscheidung</i> — na prática da Corte Constitucional alemã .....</b>	<b>336</b>
1. Introdução .....	336
2. O “apelo ao legislador” na prática do <i>Bundesverfassungsgericht</i> .....	337
2.1. “Apelo ao legislador” em virtude de mudança das relações fáticas ou jurídicas.....	337
2.2. “Apelo ao legislador” em virtude de inadimplemento de dever constitucional de legislar .....	341
2.3. “Apelo ao legislador” por “falta de evidência” da ofensa constitucional.....	344
3. O “apelo ao legislador” na ordem constitucional alemã .....	346
4. Consequências jurídicas do “apelo ao legislador” .....	347
<b>VI — Declaração de constitucionalidade da lei .....</b>	<b>351</b>

## CAPÍTULO III

AS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO CONTROLE ABSTRATO DE NORMAS .....	357
--	-----

I — Introdução .....	357
II — A declaração de nulidade da lei .....	359
1. Considerações preliminares .....	359
2. A nulidade <i>ipso jure</i> e <i>ex tunc</i> .....	362
3. Declaração de nulidade.....	384
3.1. Declaração de nulidade total como expressão de unidade técnico-legislativa.....	384
3.2. Declaração de nulidade total em virtude da dependência ou interdependência entre as partes constitucionais e inconstitucionais da lei.....	385
3.3. Declaração de nulidade parcial .....	386
3.4. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto .....	387
III — A interpretação conforme à Constituição .....	390
1. Introdução .....	390
2. Admissibilidade e limites da interpretação conforme à Constituição..	393
3. Interpretação conforme à Constituição e decisões manipulativas de efeitos aditivos .....	395
4. Qualificação da interpretação conforme à Constituição .....	399
IV — A declaração de constitucionalidade das leis .....	406
1. Considerações preliminares .....	406
2. Eficácia <i>erga omnes</i> e a declaração de constitucionalidade.....	409
3. A declaração de constitucionalidade da norma e a reapreciação da questão pelo Supremo Tribunal Federal.....	412
4. A declaração de constitucionalidade e a “lei ainda constitucional” ....	414
V — A declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia da nulidade e a declaração de inconstitucionalidade de caráter restritivo ou limitativo no Direito brasileiro .....	420
1. Introdução .....	420
2. As decisões proferidas no mandado de injunção e na ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	422
2.1. Considerações preliminares.....	422
2.2. O caráter <i>obrigatório</i> ou <i>mandamental</i> da decisão proferida no mandado de injunção e no processo de controle abstrato da omissão.....	424
3. Reflexões conceptuais.....	428
3.1. Considerações preliminares.....	428
3.2. A decisão do Supremo Tribunal Federal que dá pela procedência da ação no mandado de injunção e no controle abstrato da omissão ajuizada em caso de omissão parcial do legislador.....	431

4. Aplicação da lei inconstitucional .....	434
5. Omissão legislativa e o controle abstrato de normas .....	436
6. A declaração de inconstitucionalidade de caráter limitativo ou restritivo .....	440
6.1. Considerações preliminares .....	440
6.2. A limitação de efeitos e o art. 27 da Lei n. 9.868, de 1999 .....	448
6.2.1. Introdução .....	448
6.2.2. A declaração de inconstitucionalidade restritiva, sua repercussão sobre as decisões proferidas nos casos concretos e a admissão da limitação de efeitos no sistema difuso .....	450
6.2.3. As decisões com base no art. 27 da Lei n. 9.868/99 .....	454

#### APÊNDICE I

#### SEGURANÇA E ESTABILIDADE DAS DECISÕES EM CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE: NOTAS COM BASE NO DIREITO BRASILEIRO E NO DIREITO ALEMÃO

1. Considerações preliminares .....	471
2. Eficácia <i>erga omnes</i> e declaração de constitucionalidade .....	472
3. Eficácia <i>erga omnes</i> da decisão proferida em cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade .....	473
4. Limites objetivos da eficácia <i>erga omnes</i> : a declaração de constitucionalidade da norma e a reapreciação da questão pelo STF .....	475
5. Eficácia <i>erga omnes</i> na declaração de inconstitucionalidade proferida em ação declaratória de constitucionalidade ou em ação direta de inconstitucionalidade .....	477
6. A eficácia <i>erga omnes</i> da declaração de nulidade e os atos singulares praticados com base no ato normativo declarado inconstitucional .....	477
7. A eficácia <i>erga omnes</i> da declaração de inconstitucionalidade e a superveniência de lei de teor idêntico .....	479
8. Conceito de efeito vinculante .....	480
8.1. Limites objetivos do efeito vinculante .....	482
8.2. Limites subjetivos .....	488
8.3. Efeito vinculante da cautelar em ação declaratória de constitucionalidade .....	489
8.4. Efeito vinculante de decisão indeferitória de cautelar em ação direta de inconstitucionalidade .....	490
8.5. Efeito vinculante da decisão concessiva de cautelar em ação direta de inconstitucionalidade .....	491
8.6. Efeito vinculante de decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade .....	492
8.7. Efeito vinculante de decisão proferida em ADIn e ADO nos casos de omissão parcial .....	494

9.	Eficácia <i>erga omnes</i> , efeito vinculante da decisão e reclamação .....	495
9.1.	Considerações preliminares.....	495
9.2.	Objeto da reclamação.....	498
9.3	Reclamação, controle de constitucionalidade e possibilidade de revisão de jurisprudência .....	500
10.	O PROCESSO CAUTELAR PERANTE O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL ALEMÃO .....	506
10.1.	O processo cautelar.....	507
10.1.1.	Momento da propositura da medida cautelar .....	507
10.1.2.	Procedimento das medidas cautelares .....	508
10.1.3.	Os efeitos das medidas cautelares.....	509
11.	A EXECUÇÃO DAS DECISÕES DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL...	510
11.1.	Histórico .....	511
11.2.	Aplicação.....	512
11.3.	Procedimento .....	515
11.4.	Descumprimento das decisões baseadas no § 35 da Lei do <i>Bundesverfassungsgericht</i> .....	516

## APÊNDICE II

LEI N. 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 .....	519
---	-----

## APÊNDICE III

MENSAGEM DE VETO DA LEI N. 9.868, DE 1999 .....	529
---	-----

<i>Bibliografia</i> .....	533
---------------------------	-----

<i>Índice remissivo</i> .....	551
-------------------------------	-----